

QUESTIONAMENTO(S) FORMULADO(S) POR GJT LICITAÇÕES:

Prezados, quero chegar ao entendimento do órgão em dois pontos se possível, e para isso resta sanar duas dúvidas básicas:

1 - Se a licitação teve o valor acrescido para manter o salário mínimo vigente conforme informado, como ela teve o valor reduzido da V2 para a V3?

Valor da Versão 02 foi de R\$ 3.478.296,42 e o Valor da V3 é R\$ 3.270.233,04 uma diferença de 208.063,38 sendo que o valor dos salários foi acrescido. Segue para comprovação os arquivos. Prezados, a V2 só tinha um erro, era a multiplicação do primeiro item que estava errada. R\$ 51.072,14 x 60 meses = R\$ 3.064.328,40 e não **R\$ 3.046.755,60**. (existe uma diferença de R\$ 17.572,80 que deveria ser acrescida ao valor da versão V2)

Grupo	Item	CATSER	Descrição/Especificação	Quant.	Unidade	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Estimado* (R\$)
1	1	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo para realização de atividades de auxílio na área administrativa, com jornada de trabalho de 44 horas semanais, turno diurno, das 8h às 19h, de segunda a quinta-feira, e 8h às 18h às sextas-feiras.	14	Unidade	51.072,14 (mensal) 51.072,14 x 60 = diferença de:	3.046.755,60 3.064.328,40 R\$ 17.572,80

isso foi tratado em outro e-mail mas parece que a correção piorou agora pq o valor diminuiu e o salário aumentou. Os dois valores foram reduzidos tornando assim a licitação quase inexequível.

Grupo	Item	CATSER	Descrição/Especificação	Quant.	Unidade	Valor Total Estimado (R\$)
1	1	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo para realização de atividades de auxílio na área administrativa, com jornada de trabalho de 44 horas semanais, turno diurno, das 8h às 19h, de segunda a quinta-feira, e 8h às 18h às sextas-feiras.	14	Unidade	2.866.214,40**
	2	5380	Prestação de serviços de apoio administrativo para realização de atividades de auxílio na área administrativa, com jornada de trabalho de 44 horas semanais, turno diurno, das 8h às 19h, de segunda a quinta-feira, e 8h às 18h às sextas-feiras.	1	Unidade	247.215,60**

2 - No Termo de Referência item **6.1.5.4** informa que a **Letra D do Módulo 3 Aviso Prévio Trabalhado da planilha de custos e formação de preços será zerada após primeiro ano**, o que vai de encontro com o Acórdão do TCU e Nota da AGU e Planilha de Custos do Caderno de Logística que agora incorpora o custo para os 5 anos de contrato com cálculo próprio quando o contrato tiver vigência inicial de mais de 01 ano. Verificar o Acórdão TCU 1186-2017 que diz:

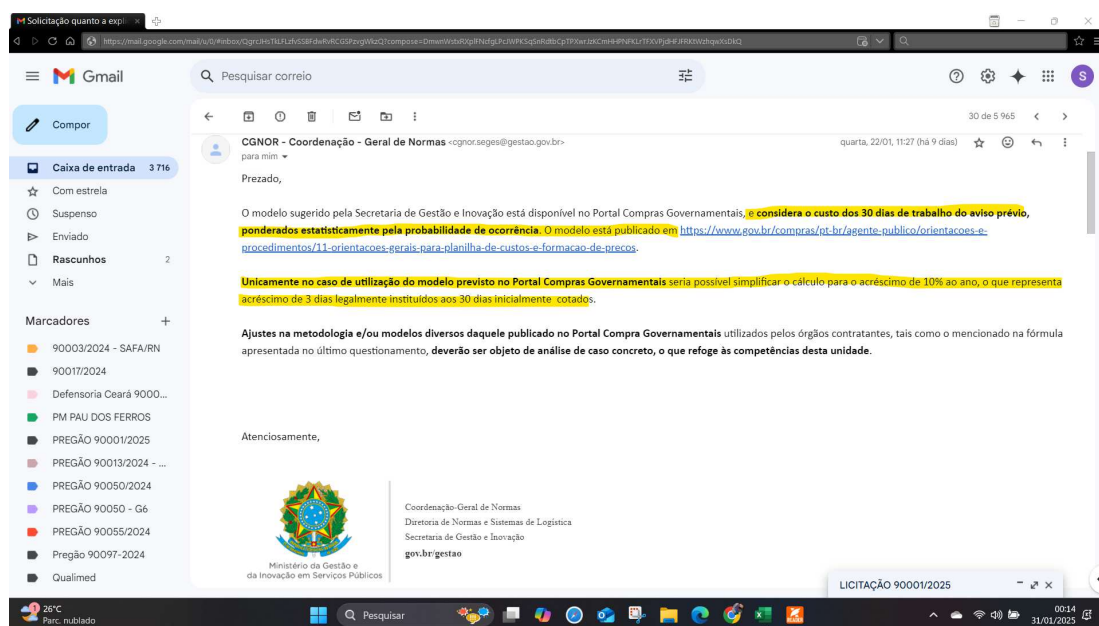
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que, nas futuras contratações de mão de obra terceirizada, esteja expresso na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos [Acórdão 1904/2007-TCU-Plenário](#) e 3006/2010-TCU-Plenário, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo desta parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/2011;

Então, por favor, queiram informar se essa cláusula se manterá.

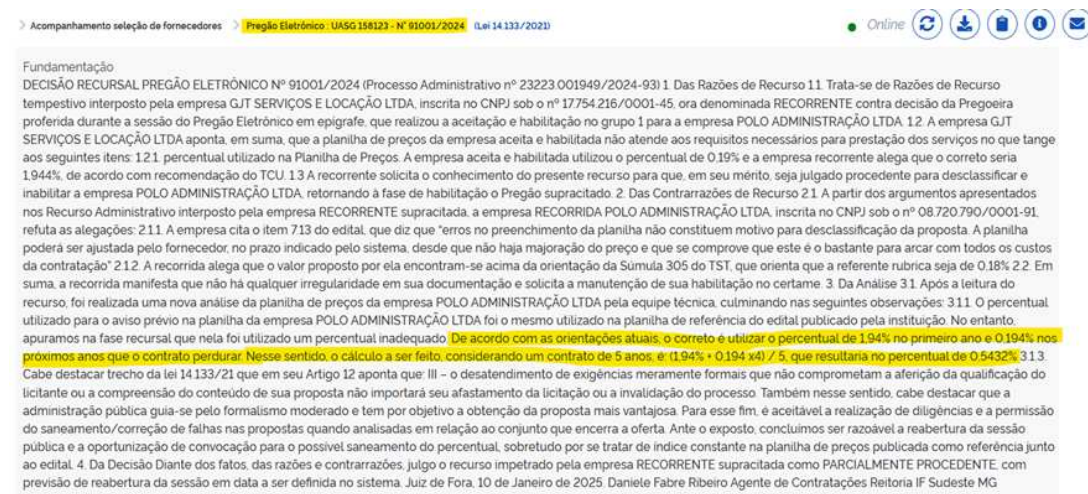
3 - Ainda sobre o contexto de Aviso Prévio Indenizado e Aviso Prévio Trabalhado, Por favor queiram Verificar também a **Nota Técnica SEI 652-2017**, itens do 23 ao 28.

Então, para balizar o cálculo e levando em consideração o novo entendimento sobre Aviso Prévio Indenizado e Aviso Prévio Trabalhado proporcional ao período inicial do contrato (onde já se sabe o

valor final para contratos de 60 meses iniciais) Segue e-mail da Coordenação Geral de Normas que afirma que o cálculo é possível para acréscimo de 10% ano.



Queiram também verificar a Licitação Pregão Eletrônico 91001/2024 – UASG 158123, na fase de recurso que consta o cálculo de Aviso Prévio Trabalhado para a Licitação que tinha vigência de 60 meses



Então, queremos saber se o entendimento do órgão será o mesmo do órgão gestor de normas cujas normas alguns pregoeiros já seguem e se poderá aceitar na Planilha as fórmulas abaixo?

item 4.4.A - Aviso Prévio Indenizado $(0,42\% + (0,042\% \times 4) / 5 = 0,1176\%$ (considera o primeiro ano do contrato 0,42% e os demais anos 0,042% o que retorna a média informada)

item 4.4.D - Aviso Prévio Trabalhado $(1,94\% + (0,194\% \times 4) / 5 = 0,5432\%$ (considera o primeiro ano do contrato 1,94% e os demais anos 0,194% o que retorna a média informada)

Além de ser vantajoso para a administração pois o valor total da licitação já estará espelhado, e não como se fosse o valor integral desde o primeiro ano, pois as planilhas são feitas para contratos de 01 ano e depois multiplicadas pelos anos totais o que retorna um valor maior do que o que é necessário.

Para o quesito 3, queremos saber se poderemos usar, e não seremos punidos pela administração por entendimento contraditório.

RESPOSTA(S):

Sobre o questionamento 1, a primeira tabela apresentada pela empresa licitante é justamente o valor estimado que já reflete o novo salário mínimo. A republicação anterior do Edital já constou o valor estimado com o novo salário mínimo. Dessa forma, o novo valor estimado não deveria ter acréscimo nesse sentido. Houve diminuição no valor estimado final em virtude de mudanças nos percentuais, sobretudo no módulo 2.1 da planilha de custos e formação de preços.

No tocante ao item 2, esta SEGEC entende, salvo melhor juízo, que o texto pode ser mantido. Inclusive, o próprio TCU vem adotando essa mesma postura, de zerar o custo referente ao APT no segundo ano de contrato, conforme se verifica no edital do Pregão Eletrônico nº 008/2025-TCU.

No que se refere ao item 3, esta unidade afirma que o TRE/RN, até a presente data, não segue o entendimento de outros órgãos nessa matéria de elaboração de planilha de custos e formação de preços.